

## **Sob a égide do Real: Antecedentes históricos, matrizes teóricas e a edificação da nova moeda**

**Resumo:** Foram várias tentativas, em sucessivos governos, que visavam, através de novos planos econômicos, tirarem o país do terror da inflação. Mas foi somente o Plano Real que conseguiu romper com os altos índices de inflação, ao mesmo tempo em que ele serviu de plataforma para as reformas neoliberais, atuando como uma moeda sólida para a valorização do capital financeiro no Brasil, garantindo bases para implementação das práticas de desregulamentação da economia, do mercado de trabalho e dando margem para as privatizações e conseqüentemente ao desmonte do Estado. Nesse estudo abordaremos um dos pilares da edificação das reformas neoliberais no Brasil: o Plano Real. O plano não foi somente a transição para uma nova moeda, mas ele implicou uma adequação do Brasil às teses impostas pelo Consenso de Washington; uma alternativa esboçada para a crise do modelo desenvolvimentista e, enfim, enquadrar o país ao novo circuito de acumulação pautada pela esfera financeira. Para isso analisaremos os antecedentes históricos, as matrizes teóricas para a sua implementação e a plataforma criada para as reformas neoliberais.

**Palavras-chave:** Cruzado; Plano Real; Reformas Neoliberais; Financeirização

**Abstract:** There were several attempts by successive governments, which sought through new economic plans, make the country the terror of inflation. But it was only the Real Plan that managed to break the high rates of inflation, while he served as a platform for neoliberal reforms, acting as a stable currency for the valuation of financial capital in Brazil, providing bases for implementing practical deregulation of the economy, labor market and giving scope for privatization and consequently the destruction of the State. This study will address one of the pillars of the construction of neoliberal reforms in Brazil: the Real Plan. The plan was not only the transition to a new currency, but it involved an adaptation of Brazil's theses imposed by the Washington Consensus; outlined an alternative to the crisis of the developmental model and finally fit the country to build new circuit guided by financial sphere. To analyze this historical background, the theoretical frameworks for their implementation and platform created to neoliberal reforms.

**Keywords:** Cruzado; Real Plan, Neoliberal Reforms; Financialization

A conjuntura internacional da virada dos anos 70 para os 80 minou as bases do desenvolvimentismo no Brasil e de todos os países periféricos industrializados, levando o capital a criar novas frentes de acumulação, impondo a tais países rígidos acordos comerciais e uma agenda econômica voltada para a adesão das políticas neoliberais, articulando uma nova etapa de servidão financeira (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88).

Foram os países periféricos os maiores pagadores da crise mundial, o que resultou em uma tutela direta do FMI seguida do capital financeiro, que determinaria uma redução dos gastos sociais dos Estados endividados, em função do pagamento da dívida externa. Mas foram os EUA que, em decorrência da elevação da taxa de juros e da crise fiscal e comercial que sofria, levou o mundo a uma estagnação econômica, pois enxugou a liquidez dos recursos financeiros globais e afetou a capacidade de exportação dos países periféricos, abalando sua balança comercial e, conseqüentemente, sua balança de pagamentos (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88).

A receita do FMI para os países do 'Terceiro Mundo', seria a redução da demanda interna, reduzindo também os investimentos e gastos do Estado, para então diminuir o fluxo de importações. Mas essa receita, somente materializa-se na redução dos gastos sociais, onde investimentos públicos são considerados como gastos para o ideário neoliberal, onde a desvalorização da moeda eleva os preços internos, contribuindo para a inflação, acompanhando proporcionalmente as taxas de desemprego e o arrocho salarial (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88).

Com o esgotamento político e econômico da Ditadura Militar, inicia-se o processo de transição democrática no Brasil, pois ciente da crise do próprio regime, se iniciou processo de distensão política, no intuito de evitar o conflito social no processo de transição. Dessa forma, a transição foi pautada por uma aliança entre as elites, no intuito de barrar qualquer possibilidade política e social não autocrática, mantendo vários elementos autoritários dos governos militares anteriores (MACIEL, 2008, 190-200).

No intuito de conter a onda inflacionária, proveniente da crise, tanto externa (o ambiente da crise das dívidas dos países emergentes), quanto interna (esgotamento do modelo desenvolvimentista e crise política da Ditadura Militar), foi implantado em 1986, no Governo Sarney, o Plano Cruzado (MACIEL, 2008, 190-200). As medidas fundamentais da reforma monetária que o Plano Cruzado implantou foram: uma nova conversibilidade com o Cruzeiro (Cr\$ 1.000,00 = Cz\$ 1,00), o congelamento geral dos preços e a desindexação da economia (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88).

O congelamento dos preços foi a tentativa de apagar a memória inflacionária que pairava na cultura brasileira e também promover a desindexação geral da economia. Isso significaria que o governo não mais corrigiria automaticamente qualquer índice de dívida ou

salário, baseado no índice da inflação, sendo que os salários somente aumentariam se a inflação fosse superior a 20%, por via do gatilho salarial (MACIEL, 2008, 190-200). Tais medidas constituem a primeira experiência heterodoxa na economia brasileira, que buscava conter a inflação sem recessão, junto com o congelamento dos preços, para incitar o consumo interno em curto prazo (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88).

De janeiro de 1986 a novembro do mesmo ano, a taxa de inflação caiu de 17,8% a 2,5%, propiciando um aumento do consumo das classes médio e baixo, levando a um breve período de distribuição de renda no Brasil (MACIEL, 2008, p. 190-200). Mas a euforia inicial do Plano Cruzado, refletiria mais tarde em uma ilusão monetária, pois o déficit público não havia sido controlado e mesmo o congelamento dos preços, não mudou a realidade de uma economia imersa na inflação, apenas transplantando-a para uma nova moeda. Isto, adicionado ao aumento do consumo interno, gerou um desabastecimento de vários produtos, que para fugir do congelamento utilizou o ágio, que seria a manipulação e especulação dos estoques, mediante uma crise de abastecimento (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88; MACIEL, 2008, 190-200).

Contudo, a crise do cruzado, foi condicionada pelo desfavorável panorama externo, de baixa liquidez de recursos financeiros, devido à crise das dívidas e às medidas de aumento da taxa de juros, restringindo o acesso de países periféricos, como o Brasil, a novos empréstimos (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88). No plano interno, essa tendência implicou em uma crise do modelo desenvolvimentista e na incapacidade de várias medidas heterodoxas de conter a inflação, resultando em uma queda das exportações. O crescimento do consumo interno, somado ao crescente déficit público e a queda das reservas cambiais, levou o país a uma situação de hiper inflação nos primeiros meses de 1987, resultando na decretação da moratória (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88).

De início, as medidas do Governo Sarney lhe trouxeram bastante popularidade, em virtude do aumento do consumo das camadas populares, portanto foram mantidas até as eleições, que levou à vitória, na maioria dos estados dos candidatos do PMDB. Da popularidade inicial, o Plano Cruzado passou a descrédito geral da população, com o seu esgotamento por não promover uma alternativa à onda de inflação. Mesmo a tentativa do Cruzado II (1986) e outras tentativas de choque heterodoxo como o Plano Bresser (1987) e o Plano de Verão (1989), tiveram o mesmo fim. Repercutindo em um descrédito da figura do

presidente, em momento próximo às eleições presidenciais de 89 (FILGUEIRAS, 2001; MACIEL, 2008).

As idéias neoliberais começam ganhar fôlego no Brasil, com a ineficiência das medidas econômicas do Governo Sarney, para acabar com a inflação. A crise do desenvolvimentismo deflagrou-se como uma crise política da Ditadura Militar, ocasionando uma crise social e a emergência de novos movimentos sociais, que tinham a potencialidade para transformar a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil (MACIEL, 2008, 190-200). Esse é o clima das eleições de 89, nas quais a direita, na ausência de um candidato forte que barrasse a influência de Lula, depositou a esperança em Collor, como um guardião da ordem autocrática burguesa, o que demonstrou que em momentos onde as forças populares tem a força de romper uma mudança, surge a figura de um líder bonapartista, para recompor a dominação das classes burguesas (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88; MACIEL, 2008, 190-200).

A política econômica do breve Governo Collor, foi a imposição radical da estabilização monetária, por via de uma postura autoritária, que fora legitimada pela gravidade que a economia se encontrava, com as taxas de inflação de 71,9% em janeiro de 1990 (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88). O Plano Collor caracterizou-se pela tentativa de reduzir o consumo interno, no intuito de barrar o avanço da inflação, através do congelamento dos depósitos e poupanças, substituindo o Cruzado Novo pelo Cruzeiro, promovendo a abertura comercial e uma nova política cambial de controle rigoroso da liquidez da economia (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88).

O Plano Collor conseguiu de imediato abaixar os índices de inflação, sangrando o PIB do Brasil (que caiu 4% em seu governo), alavancando o crescimento do desemprego e uma redução de renda, tais fatores foram fundamentais para criar um clima de recessão da economia (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88). Mas a queda abrupta da inflação cessa em fevereiro de 1991, levando a criação do Plano Collor II, que voltou a reduzir a inflação, que em dezembro de 1990, voltara a subir novamente (FILGUEIRAS, 2001, p. 69-88). Assim, o insucesso do Governo Collor, se deu por um lado porque no seio da própria burguesia nacional, ainda não era consenso as práticas econômicas neoliberais e, em segundo plano, os escândalos de corrupção que levaram a um descontentamento popular, concretizando o *impeachment*, encerrando o breve e controverso Governo Collor.

Foram várias tentativas, em sucessivos governos, que visavam, através de novos planos econômicos, tirarem o país do terror da inflação. Mas foi somente o Plano Real que conseguiu romper com os altos índices de inflação, ao mesmo tempo em que ele serviu de plataforma para as reformas neoliberais, atuando como uma moeda sólida para a valorização do capital financeiro no Brasil, garantindo bases para implementação das práticas de desregulamentação da economia, do mercado de trabalho e dando margem para as privatizações e conseqüentemente ao desmonte do Estado.

Foram duas, as matrizes fundamentais do Plano Real: a primeira foi o Consenso de Washington, que impôs novos caminhos econômicos para a América Latina, a outra foi a experiência frustrada do Cruzado, mostrando quais procedimentos eram inviáveis para combater a inflação (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116).

O Consenso de Washington foi uma reunião ocorrida em 1989, com a participação de funcionários do governo dos EUA, de instituições como FMI e BIRD e acadêmicos latino-americanos. Essa reunião teve o intuito de delimitar novas práticas econômicas, fazendo uma espécie de apanhado do andamento das reformas neoliberais na América Latina, de modo a sistematizá-las de acordo com os ditames das políticas macroeconômicas do grupo, em resposta à "década perdida" (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116).

Os pontos fundamentais do Consenso foram primeiramente, a elaboração de um rigoroso controle fiscal, em função de conter os gastos públicos, pregando o Estado mínimo como a forma de sair da crise, e também fora delimitado, um regime cambial pautado na dolarização direta da moeda, sendo parte do plano de estabilização; por fim a liberalização da economia e do setor financeiro. Com a abertura comercial dos mercados nacionais, segundo o Consenso, possibilitaria um maior fluxo de investimentos internacionais, levando a inserção competitiva no mercado global (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116).

Em uma segunda reunião em 1993, os participantes do Consenso, constataram que o fluxo de capitais estrangeiros estava voltando ao continente, desde 1989 em função de uma grande liquidez no mercado mundial. Cabendo aos Estados nacionais, a adesão aos planos delimitados no Consenso (estabilização monetária, privatizações e desregulamentação da economia) (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116).

A experiência do Plano Cruzado foi extremamente importante para o sucesso do novo plano, onde seus elaboradores viram que a transição para uma nova moeda, não poderia ser de forma abrupta, do jeito que havia sido antes, pois a mudança monetária súbita, acabaria transferindo para a nova moeda as mesmas pressões inflacionárias da anterior, a queda da inflação traria consigo, o aumento do consumo nos primeiros meses, sendo necessário uma política monetária de elevadas taxas de juros, para a conter este aumento do consumo, que poderia deflagrar uma nova onda inflacionária (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116). Outra importante lição, foi a implementação do Plano, em circunstâncias mais favoráveis que no final dos anos 80, pois no início na década seguinte o mercado global passava por uma grande liquidez de recursos financeiros (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116).

Assim, em função de um ambiente externo favorável, devido a grande liquidez no início dos anos 90 e também no panorama interno com elevados saldos na balança comercial, o que propiciou um fértil solo para a germinação da nova moeda (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116).

O Plano Real foi instituído em três etapas distintas, no intuito de evitar os erros do plano Cruzado. A primeira foi o ajuste fiscal, a segunda a criação da URV (Unidade de Referência do Valor), e o terceiro a instituição do Plano Real (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116). A primeira fase do Plano se constituiu com o ajuste fiscal, durando de dezembro de 1993 a fevereiro de 1994, quando no Governo de Itamar Franco, criou-se base para implantar a nova moeda a partir do equilíbrio orçamentário, significando em cortes de gastos, reorganização do setor público e o fim da inadimplência dos Estados e municípios (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116).

A segunda parte de implementação do Plano Real, veio com a criação URV, esboçada em fevereiro de 1993. Teve a finalidade, de ser uma unidade de valor que fizesse gradativamente a transição para a nova moeda, fazendo com que ela, mesmo antes de existir, se constituísse em meio de pagamentos. Assim, a transição do Cruzeiro para a URV, seria de modo gradativo e alinhando os salários e tal conversão, fazendo a inflação da moeda anterior, não contaminar a nova (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116). Logo, com a URV, fez-se desnecessário o congelamento e pré-fixação dos preços, e, quaisquer mecanismos de intervenção direta nos preços, oferecendo uma via entre as práticas ortodoxas e heterodoxas na economia (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116).

Na crítica a URV e na tentativa de elaborar uma oposição a alguma medidas de tal plano uniram dois políticos de dois setores opostos, aliança inimaginável na época. Tais políticos são: o metalúrgico Paulo Paim (PT-RS) e o General Romildo Canhim (na no momento Ministro da Administração).

Os dois se apresentavam com as duas maiores pedras no sapato do Ministro da Fazenda (FHC), Canhim defendia um abono de 5% sobre os salários dos servidores públicos pela média dos quatro últimos meses antes da implantação da URV o que acabou aliando aos interesses de Paim, quem além disso lutava pela dolarização mensal dos salários e o aumento do salário mínimo que era de US\$ 64.

A fase final do Plano foi com a transição de fato para a nova moeda em julho de 1994. A etapa anterior, a de mudança para a URV, trouxe a âncora cambial, obtida apenas com os cortes fiscais da primeira etapa. Com a URV, foram dadas as bases para a conversão das moedas por valores proporcionais, 1 URV = R\$ 1, havendo o mesmo com a taxa de câmbio, onde US\$ 1,00 = R\$ 1,00, graças às reservas de dólares acumuladas desde 1993 (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116). O montante de moedas a serem emitidas, estaria baseado no nível de reserva de dólares do Banco Central, pois a política monetária do Plano estabelecia que não se devesse emitir mais moeda, para contenção dos rombos da União (FILGUEIRAS, 2001, p. 93-116).

A implantação do Plano Real pôde concretizar a abertura da economia brasileira às importações, com uma grande redução de alíquotas do imposto de importação, iniciadas no Governo Collor, mas reduzidas drasticamente nos Governos FHC. O Real quebrou quaisquer barreiras para a entrada de capitais externos na economia nacional, não necessariamente como investimentos produtivos, mas para valorizar-se na especulação financeira, usando a política de altas taxas de juros, para atrair e satisfazer a necessidade do capital de se sobre-valorizar-se na periferia, rearticulando um novo tipo de dependência, pela servidão financeira (PAULANI & PATO, 2005, p. 35-64).

As reformas neoliberais do Estado (sejam elas, tributária, administrativa e da previdência), junto com as reformas no plano político que gerou uma:

(...) quebra dos monopólios estatais, tratamento isônimo entre a empresa nacional e a empresa estrangeira e desregulamentação das atividades e mercados considerados, até então, estratégicos e/ ou de segurança nacional –, juntamente com as

privatizações, se constituíram, como em outros países, numa das dimensões cruciais do Plano Real (FILGUEIRAS, 2001, p. 109).

Logo, o corpo das reformas neoliberais foi consolidado a partir das bases que o Plano Real forneceu. Aparecendo como alternativas para fazer o Brasil crescer, sem o vulto da inflação, preparando uma moeda sólida que possibilitava a valorização financeira do capital externo (PAULANI & PATO, 2005, p. 35-64). A reforma administrativa fora dada pelos seus defensores, como uma ferramenta que racionalizaria (enxugaria) os gastos do Estado e uma reforma da previdência, que abriria as portas para a exploração de tal setor para a iniciativa privada. Somada à reforma tributária, que articulava mecanismos para aumentar a arrecadação do Estado, usando as políticas de privatizações como complementos para as receitas da União (FILGUEIRAS, 2001, p. 109-116).

O sucesso do Plano foi sustentado pela estabilidade econômica que ele proporcionou. Assim, as medidas econômicas de cunho neoliberal, como o fim do monopólio estatal nas áreas de exploração e refino do petróleo, nas telecomunicações e na distribuição de energia, foram logo obtidas ainda no primeiro ano do mandato de FHC (FILGUEIRAS, 2001, p. 109-116). Mas no que se refere à reforma fiscal, este somente começou a ganhar debate no congresso a partir da crise cambial, em janeiro de 1999 (FILGUEIRAS, 2001, p. 109-116). As reformas administrativas e da previdência, devido às pressões da CUT e do PT, somente deslancharam no final de seu primeiro mandato.

A reforma administrativa concretizou a separação do Estado em diversas funções, abrindo mercado para a nova burguesia de serviços, possibilitando a ascensão das práticas de terceirização em diversas atividades na área social (BOITO JR., 1999, p. 41-48). Para isso, a materialização de tal medida foi à custa de ataques à estabilidade do funcionalismo público, sendo esta considerada um empecilho para o ajuste de contas da União, levando a aprovação de demissões para o excedente do quadro do funcionalismo, que não poderia passar de 60% da receita (FILGUEIRAS, 2001, p. 109-116).

A previdência social, principalmente a do servidor público, sempre fora responsabilizada como principal causa do déficit público. Com o Programa de Estabilidade Fiscal de 1998, os objetivos da reforma, fora a restrição das aposentadorias especiais e o aumento na contribuição dos servidores públicos, abaixando também o teto máximo dos benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada, no intuito de abrir espaço para os fundos de pensão privados (FILGUEIRAS, 2001, p. 109-116).

O processo de privatização, que se inicia no Governo Collor, com o PND (Programa Nacional de Desestatização), mas ganhando grande amplitude com o Governo FHC, incluiu os setores de telecomunicações, de distribuição de energia e até de processamento de recursos naturais (FILGUEIRAS, 2001, p. 109-116). A justificativa usada pelo governo, primeiramente foi o argumento de que atrairia capitais estrangeiros, ajudando a combater a crise fiscal e sair das limitações dos investimentos públicos para atualizar tecnologicamente as empresas estatais (FILGUEIRAS, 2001, p. 109-116). Sendo as privatizações, de maneira geral, considerada como um elemento modernizador e dinamizador, da economia brasileira.

No que diz respeito à entrada do Brasil, para a esfera da globalização financeira, vemos que nos anos 80 os altos índices de inflação provocaram oscilações no nível geral dos preços. Assim, o caráter centralizador que regulava a política cambial, não permitia uma valorização financeira estável, sobretudo em períodos de crise econômica (PAULANI & PATO, 2005, p. 35-64). A dificuldade do Estado em controlar os seus gastos, ajudava a ampliar os altos índices de inflação, pois:

A dificuldade em perceber a exata dimensão dos gastos públicos não parecia ser uma boa credencial para um país disposto a entrar no circuito mundial de valorização financeira. Tendo em vista o caráter rentista desse tipo de acumulação, e considerando que uma das bases mais importantes é a dívida pública, a anarquia nos gastos públicos produzida pela alta inflação era uma complicação e tanto, já que precarizava a extração da renda real que deve valorizar esse “capital caído de céu”, em constituem esses papéis (PAULANI & PATO, 2005, p. 54-55).

Esse ambiente possibilitou a emergência do discurso neoliberal, começando a ser dominante a partir dos anos 90. Segundo tal discurso, o Estado fracassou em manter a estabilidade financeira, por ter um peso muito grande nas contas públicas, sendo necessárias reformas estruturais no intuito de diminuir seu peso (PAULANI & PATO, 2005, p. 35-64). Sendo assim, o Estado lança em uma onda de privatizações e de reformas no plano administrativo, na previdência e tributária, pois estes eram os setores que barraram a inserção do Brasil, no circuito internacional de valorização financeira (PAULANI & PATO, 2005, p. 35-64).

As bases para a financeirização da economia foram dadas em 1992, no Governo Itamar, quando no intuito de preparar a inserção do país no circuito de valorização financeira, internacionalizou-se o mercado de títulos da dívida pública, como uma forma de secutirizar a dívida externa, que havia sido abalada pela decretação da moratória em 1987 (PAULANI & PATO, 2005, p. 35-64). Logo:

Essas mudanças produziram, em conjunto, a forma e a substância da inserção do Brasil nas finanças de mercado internacionalizadas. O lançamento de títulos de dívida brasileira cotado no exterior confirmou o país no papel de emissor de capital fictício, que viabiliza a valorização financeira *a posteriore* a transferência de parcelas da renda real e do capital real para essa esfera de acumulação. A liberalização financeira vem garantir o livre trânsito dos capitais internacionais, que podem assim maximizar o aproveitamento das políticas monetárias restritivas e de juros reais elevados (PAULANI & PATO, 2005, p. 57).

Assim, o capital financeiro pôde ter um livre fluxo, com o destravamento do mercado, mediado pelas reformas neoliberais, como a sua abertura sem restrições. Como aconteceu em 1999, quando 40 bilhões de dólares deixaram o país, em função do medo dos investidores da valorização do Real, o que não ocorreria na década anterior (PAULANI & PATO, 2005, p. 35-64).

Em suma, o Plano Real, que surgiu no Governo Itamar, lançando FHC (então Ministro da Fazenda) à Presidência da República, inicialmente é mostrado como um plano de estabilização, no intuito de conter a alta inflação, mas o Plano:

(...) foi, em verdade, muito mais do que isso. Em primeiro lugar, ele resolveu o problema que impedia praticamente o funcionamento do País como plataforma de valorização financeira internacional. Mesmo com a abertura financeira já tendo sido formalmente operada, ela permanecia letra morta, do ponto de vista de suas potencialidades em termos de atração de capitais externo de curto prazo, se o processo inflacionário não tivesse sido domado. Além disso, o plano abriu espaço para uma série de outras mudanças que teriam lugar no governo de FHC. A abertura da economia, as privatizações, a manutenção da sobrevalorização da moeda brasileira, a elevação inédita da taxa real de juros, tudo passou a ser justificado pela necessidade de preservar a estabilidade monetária conquistada pelo Plano Real (PAULANI & PATO, 2005, p. 57).

Tal argumento nos leva a considerar que, além de ter proporcionado o fim da alta inflação, o Plano promoveu uma moeda sólida que é a plataforma da valorização financeira. E para preservar a estabilidade monetária do Real, houve uma elevação das taxas de juros, abertura da economia e a onda de privatizações das empresas estatais, que no fundo são medidas para aumentar a lucratividade do capital financeiro, rearticulando um novo tipo de servidão econômica, que seria a servidão financeira (PAULANI & PATO, 2005, p. 35-64).

Os reflexos de todas as medidas que o Plano Real proporcionou, como as Reformas do Estado (Previdência, Tributária e Administrativa) e a inserção do Brasil no circuito de valorização financeira, acirraram a reestruturação produtiva por aqui, teve como consequências a desindustrialização e a desnacionalização do campo produtivo. A desindustrialização se caracteriza, pela:

(...) redução da participação relativa da produção industrial na produção total dos países latino-americanos e redução da participação relativa da produção metal-mecânica, de bens de capital, de instrumentos eletrônicos e de química fina no total da produção industrial. (...) Parte dessa desindustrialização é pouco visível. Ela ocorre ao longo da cadeia produtiva, através do aumento do índice de importação dos componentes em setores como o eletrônico, automobilístico, de eletrodomésticos e outros (BOITO JR., 1999, p. 42-43).

Essa prática, que ocorre ao longo da cadeia produtiva, por uma contínua importação de componentes necessários para a produção de bens, como maquinário de alta tecnologia, componentes eletrônicos na fabricação de computadores e eletrodomésticos. Faz as indústrias serem montadoras de componentes eletrônicos, como a Zona franca da Manaus, o carro chefe desse processo, que atua como um parque de montagem de componentes importados, promovendo uma desnacionalização da indústria e um enxugamento dos setores prejudicados pelo aumento de exportações de tais componentes (BOITO JR., 1999, p. 41-48).

Esse processo foi extremamente acirrado, com o Plano Real, pois no Governo FHC, houve o intuito de favorecer o aumento das exportações e abaixar drasticamente as alíquotas de importação. Se em 1990 a taxa era de 40%, no final do Governo Collor, em 1992, era de 20%, chegando ao Governo FHC para uma média de 12,6%, caindo ainda mais para 2% (BOITO JR., 1999, p. 46). Essas medidas penalizaram profundamente o setor produtivo no Brasil, mas salvando aqueles segmentos de processamento de recursos naturais, mas em compensação, os setores ligados aos produtos eletrônicos e do setor de bens de capital na indústria, foram os maiores perdedores com a abertura econômica (BOITO JR., 1999, p. 41-48).

O esgotamento do modelo desenvolvimentista foi desencadeado tanto pelos fatores internos, crise política da Ditadura Militar, quanto ao panorama externo, que seria a crise da dívida externa dos países periféricos nos anos de 1980. Assim, o modelo de industrialização que por décadas foi sustentado pelo endividamento externo, se tornou inviável com a escassez de recursos financeiros dos anos 80, gerando no plano interno uma crise social na medida em que se concretizou o processo de redemocratização.

Nesse momento instável de crise social, os movimentos sociais apareceram como potenciais forças de transformação política, ao qual colocavam em perigo as bases autocráticas do Estado brasileiro, que não deu conta de conter a crise inflacionária da década perdida. Assim, as classes dominantes necessitaram de fazer uma recomposição de sua hegemonia, que colocou em prática a partir do Plano Real e as reformas neoliberais que ele

acarretou, no intuito de enquadrar o Brasil na nova ótica de desenvolvimento capitalista, que reformou o caráter autocrático burguês do Estado.

Nos anos 90 o modelo de desenvolvimento se deu a partir das bases da financeirização, não que ela seja um fenômeno a parte da produção, mas afirmamos que houve uma transformação de grande parte do capital produtivo para a esfera financeira, o que necessitou, por sua vez, a criação de uma nova moeda e uma série de reformas neoliberais para que o Brasil se enquadrasse de vez a ótica de desenvolvimento econômico neoliberal.

## Referências Bibliográficas

BOITO JR., Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, SP: Editora Xamã, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2001.

MACIEL, David. A argamassa da ordem. Da Ditadura Militar à Nova República. São Paulo: Xamã Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise. Goiânia, 2008. Tese de doutorado em História – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.

PAULA, João Antônio de (Org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.